

## **DEPOIS DA BATALHA:** sociedades civis na América Latina

**Lucio Fernando Oliver Costilla**

Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM)

### **DEPOIS DA BATALHA:** sociedades civis na América Latina

**Resumo:** O artigo explora as expressões das sociedades civis da América Latina no ano de 2011, para comparar com os posicionamentos e funções desempenhadas na primeira década do século no avanço progressista das sociedades latino-americanas. A análise demonstra que ainda que as lutas do ano passado tivessem um horizonte mais local e particular, que nacional e político programático, são um elemento fundamental para o aprofundamento das políticas anti e pós- neoliberais dos governos progressistas da América Latina para criar um novo relacionamento avançado entre sociedades políticas e sociedades civis nos Estados da região.

**Palavras-chave:** América Latina, sociedades civis, governos progressistas, Estado integral.

### **AFTER THE BATTLE:** civil societies in Latin America

**Abstract:** This article explores the expressions of civil society of Latin America in the year 2011 to compare with the positions and functions performed in the first decade of the century which resulted in the progressive advancement of Latin American societies. The analysis shows that even though the last year's struggles had more a local and private horizon than a national and programmatic and political one, they are a key element in the deepening of anti neo-liberal policies for progressive Governments of Latin America and contribute to create a new advanced relationship between civil society and political societies in the States of the region.

**Key words:** Latin America, civil societies, progressive governments, Integral State.

Recebido em: 14.02.2010. Aprovado em: 16.06.2011.

## 1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais latino-americanos da primeira década do século foram reconhecidos como um fenômeno de grande impacto político no mundo todo, por, pelo menos, cinco aspectos: pela sua participação decisiva na destituição de presidentes de regimes neoliberais democraticamente eleitos; pela radicalidade das suas formas de luta; pela horizontalidade da organização e funcionamento internos como movimentos das sociedades civis e das comunidades envolvidas; pela associação com espaços, problemas e dinâmicas locais e comunitárias; e pelo relevamento de questões vinculadas com recuperação de identidades e de cosmovisões originárias. (OLIVER, 2009). Os movimentos foram uma reação coletiva à exclusão de sociedades civis por sociedades políticas neoliberalizadas e neo-oligarquizadas que prevaleceram nos últimos vinte anos do passado século XX. Nesse sentido, já se tinha incubado na maioria dos Estados da América Latina uma crise política profunda pela separação entre sociedade política e sociedade civil.

Essas lutas aprofundaram crises políticas nacionais e levaram a uma transformação da resistência das minorias afetadas pelas políticas neoliberais em verdadeiros movimentos sociais, em multidões lutando contra o domínio do capital financeiro, a servidão do Estado à acumulação privada transnacional, reclamando por direitos universais violados, e expressando a demanda de participação da sociedade nos assuntos públicos.

Assim, com a participação ativa das sociedades civis, nos distintos países da América do Sul, foi se conformando um novo bloco social e político aberto às demandas das sociedades civis que, em alguns dos casos, ultrapassou os partidos institucionais, levou ao governo novos presidentes progressistas e gerou mudanças profundas nas classes políticas e nos próprios partidos, criando a expectativa que na América Latina estava se impondo uma “política de movimento” das sociedades, uma nova ação política institucional “aberta”, com novos quadros políticos nacionais e regionais que faziam parte das sociedades civis.

A onda de transformações políticas redefiniu o espectro política da região, entretanto cada experiência nacional foi algo particular, segundo a relação das forças e a situação das estruturas hegemônicas preexistentes. Desde a perspectiva do posicionamento das sociedades civis, podem se encontrar três distintas configurações:

1) o movimento das sociedades civis pôs em questão as classes políticas e os sistemas políticos fechados na Argentina, no Equador, na Venezuela e Bolívia 2) dentro do sistema político existente, os partidos populares da oposição, institucionalizados, conseguiram canalizar o descontentamento acumulado via uma eleição de novos presidentes não tradicionais, como no Brasil e Uruguai.

Uma grande onda de reformas estruturais e de radicalidade política colocou a América Latina como pontal de transformações progressistas radicais num mundo conservador dominado pelo imperialismo hegemônico global, que atravessa por uma crise estrutural do capital sob o domínio dos grandes monopólios financeiros dos países centrais. O novo quadro político na América do Sul estendeu-se posteriormente a países de Centro-América, como Honduras, El Salvador e Nicarágua.

Além de mexer com a relação Estado e sociedade e inovar nos sistemas políticos, as mudanças abriram passo a novos projetos políticos nacionais. Casos notórios são: Venezuela, pela sua ofensiva política radical na luta contra o domínio do imperialismo hegemônico global (MÉSZÁROS, 2008); Bolívia, pela revolução democrático-cultural que abriu um novo espaço de poder às comunidades originárias e logrou a criação de um Estado plurinacional; e Brasil, pelas novas concepções e políticas de desenvolvimento com inclusão social, a universalização das políticas sociais assistenciais, a ofensiva diplomática internacional de integração crescente com América do Sul, a UNASUL, e a participação nos BRICS no âmbito mundial. Esse novo quadro político também mostrou uma Argentina diferente que criou inovações legais e políticas como o castigo judicial aos militares da ditadura e uma nova lei de mídia.

## 2 A CRISE ORGÂNICA DO ESTADO E A AGENDA DOS GOVERNOS DE ESQUERDA E PROGRESSISTAS: insuficiências perante a situação de crise.

A intensidade, amplitude e profundidade das lutas dos movimentos sociais evidenciaram-se pela rejeição popular do caráter conservador, desnacionalizador e privatizador do Estado e foi uma onda progressista na política orientada a desmanchar o caráter neo-oligárquico e antinacional do poder público neoliberal. Os Estados de concorrência (HIRSCH, 2002; OLIVER, 2005) apareceram perante os olhos da nova luta das sociedades civis, como uma

deformação dos Estados, que tinham virado projetos de poder, associados e subordinados ao domínio mundial do capital, com forma de Estados nacionais de concorrência, poderes públicos financeirizados e precarizados, cujo principal objetivo era a valorização do capital transnacional e a participação no mercado mundial na qualidade de economias periféricas primarizadas de neoexportação. A globalização neoliberal tinha gerado como consequência para América Latina uma crise orgânica nas economias dos países e uma crise orgânica nos Estados. (OLIVER, LOPEZ, 2009).

A pergunta que se colocou, foi, em consequência, a seguinte: os novos governos politicamente radicais, progressistas e populares, surgidos do novo quadro político, têm projeto para uma nova relação Estado e sociedade civil, para uma retomada do desenvolvimento integral da economia nacional e para superar a crise orgânica do Estado latino-americano? Pode se superar a crise orgânica dos Estados periféricos sem superar as relações sociais de capital?

O neoliberalismo produziu uma desagregação da unidade econômica, sociopolítica e cultural das nossas nações, uma fratura da relação histórica entre sociedade política e sociedade civil; consolidou uma burocracia agressiva política no poder, neo-oligarquizada; os parlamentos viraram um espaço de lobistas pragmáticos e cegos perante a submissão ao interesse do capital transnacional. Crise “orgânica” que evidencia um organismo desagregado, fragmentado, segmentado, com falta de hegemonia unitária interna de algum grupo social interno com capacidade de acumulação e direção a partir de um processo centrípeto: bloco histórico de poder sem capacidade de expressar e canalizar os interesses dos grupos sociais internos.

Para os dirigentes dos novos governos progressistas, legitimados pelas lutas sociais, a questão foi: qual postura assumir perante Estados transnacionalizados e neo-oligarquizados? Como administrar a crise orgânica dos países e inovar criando mudanças internas maiores vinculadas a um novo projeto nacional popular? Como fazer mudanças dentro do sistema do capital e administrar um Estado nacional de competência, introduzindo novas regulações políticas para controlar a acumulação e desenhar políticas públicas assistenciais exigidas pelas lutas sociais, ou tentar algo mais radical: junto com o programa mínimo de retomada da reitoria do Estado, elevação do salário trabalhador, tentar propiciar uma reforma intelectual

e moral que mudasse a sociedade civil e se sustentasse no desenvolvimento progressivo de uma nova força histórico-política capaz de lutar por uma cidadania politizada, consciente de seus direitos e da potencialidade da participação no público, com um programa de grandes transformações.

O assunto, então, é o de inovar na posição desses governos “progressistas” avançados. Qual posição assumir perante a questão da articulação em crise entre sistema político e sociedade civil, como aprofundar a democracia participativa, como abrir espaço a apropriação do público pela sociedade com projeto histórico, e a questão da reforma política que permitisse a substituição das velhas instituições burocráticas empresariais autoritárias por instituições transparentes abertas aos organismos cidadãos, comunitários ou populares, com capacidade decisória?

Hoje os processos dirigidos pelos governos progressistas e de esquerda encontram-se (à) na metade do caminho. As sociedades civis que no passado imediato levantaram uma agenda crítica dos governos neoliberais, pela ausência atual de integração orgânica aos sistemas políticos e pela sua condição de espontaneidade e de localismo, não têm a possibilidade de empurrar os governos para ir mais à frente, como um programa radical. Capacidade destituente não quer dizer capacidade alternativa. Esse parece ser o grande problema do processo atual da América Latina.

### **3 LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS, REFORMA DAS SOCIEDADES CIVIS E NOVA CIDADANIA**

Está ainda em processo a consolidação dum novo bloco sociopolítico progressista que articule orgânica e politicamente uma vinculação entre movimentos sociais e novas direções políticas nos governos. O processo está se enfrentando ao problema da insuficiente iniciativa independente e autônoma do setor crítico avançado das sociedades civis, que leve a uma reforma das leis e das estruturas de diretos das sociedades civis e possibilite construir uma nova cidadania, que consiga e recrie uma cidadania individual como coletiva. Embora essa cidadania ativa já exista embrionariamente, tem sustento nas ações locais da última década, e tem origem na resistência aos processos desorganizadores e despolarizadores dos velhos governos neoliberais empresariais. O eixo fundamental é produzir uma reforma que

permita que as organizações de cidadãos consigam seu direito pleno a ter direitos. Cabe dizer que o horizonte das suas lutas e formas de organização está aberto a novas linhas programáticas e passa por disputar a democracia, construindo o avanço do projeto político popular de democracia participativa, de construção do público societal e da transformação das instituições, incluindo os partidos políticos estatizados que devem ser reconstruídos para subordinar-se aos cidadãos. (DAGNINO; OLVERA; PANFLICHI, 2006).

O processo fundacional dessa profunda transformação da cidadania e do posicionamento realmente avançado dos governos progressistas é justamente a sociedade civil em luta. Assim, a pergunta é: qual a situação das sociedades civis nos Estados ampliados da América do Sul depois da batalha? Qual foi o mais significativo dos posicionamentos e lutas das sociedades civis no ano anterior?

#### **4 O PROCESSO DE GERAÇÃO PROGRAMÁTICA E DE DEMANDAS DAS SOCIEDADES CIVIS EM LUTA NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA**

Numa tentativa de avaliar as experiências mais significativas de organização, luta e posicionamento público das sociedades civis na América Latina no ano 2010, podemos referir as seguintes.

##### **a) Argentina**

A principal luta da sociedade civil foi por uma nova lei de mídia. Nas mobilizações, participaram dos debates e pronunciamentos a “Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC) Sede Argentina” e O “Foro Argentino de Rádios Comunitárias: proposta de Lei”. A iniciativa da sociedade civil foi acolhida por grupos da sociedade política no calor de mobilizações massivas da sociedade argentina e, em particular, pelo grupo governante; como resultado, a proposta foi convertida em uma Lei Constitucional pela via da votação no Congresso, apesar da oposição das forças sociais conservadoras que argumentavam que a mencionada lei atacava a liberdade de expressão.

Outro posicionamento da sociedade civil esteve relacionado com o debate sobre as consequências para as comunidades e populações da exploração mineral a céu aberto que tem resultados ambientais negativos e contamina as águas das comunidades para uso coletivo.

##### **b) Brasil**

Nos posicionamentos da sociedade civil brasileira destacou-se o Movimento do XVI Grito dos Excluídos. O tema do movimento foi: “onde estão nossos direitos” e “vamos à rua para construir um projeto popular”. Também se manifestaram o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, de defesa de moradia, distribuição da terra, os Movimentos dos “trabalhadores sem” e “vamos à rua para construir um projeto popular” assim como o Movimento de Trabalhadores Sem Emprego. Foram propostos caminhos alternativos ao neoliberalismo e para encontrar opções para a participação cidadã na vida nacional. Houve colocações sobre os direitos públicos sobre recursos naturais: “O petróleo tem que ser nosso”. Houve campanhas para uma lei popular de petróleo e gás. Direito à saúde, educação, reforma agrária, recursos naturais, cidadania pública e contra o racismo. Também houve posicionamento do MST pela falta de respeito dos latifundiários a suas demandas de reforma agrária. Não houve uma resposta clara do governo perante estes posicionamentos da sociedade civil mobilizada.

##### **c) Uruguai**

A sociedade civil exigiu a derrogação da lei de caducidade que impede o juízo aos militares que cometeram abusos na época da ditadura. A sociedade civil criticou o presidente por tomar decisões unilaterais de perdão aos militares pelos abusos na ditadura: a associação sindical, o Frente Amplo e o partido comunista participaram, assim como familiares de desaparecidos da ditadura.

##### **d) Chile**

A principal manifestação da sociedade civil foram as atividades da comunidade Mapuche: caminhadas, greves de fome pela liberdade de presos políticos mapuches em primeiro lugar e, pela demanda de respeito de território pelas empresas transnacionais de papeleiras e hidroelétricas. Também houve posicionamentos contra a lei antiterrorista; a atividade de maior publicidade, internacionalmente, foi a reivindicação dos estudantes secundaristas por educação pública gratuita. Os protestos foram parcialmente eclipsados pela ação positiva do governo em benefício dos mineiros enterrados.

##### **e) Venezuela**

Houve avanços na organização popular dentro do projeto de Conselhos Comunitários e Comunidades como forma de participação da sociedade civil e embrião de poder popular. Também, pela proximidade das eleições

nacionais, neste 2011 a sociedade civil foi o cenário de confrontação entre dois projetos opostos: o projeto nacional do governo e o projeto dos opositores dos setores médios. Também houve protestos estudantis contra Chávez e protestos pelos salários baixos de trabalhadores. Como contraposição, houve passeatas populares de apoio ao governo de Chávez.

#### **f) Equador**

No contexto da tentativa de golpe de Estado, a sociedade civil equatoriana saiu em defesa do projeto progressista de Correa e tomou postura contra a volta da oligarquia; manifestou-se pelos direitos populares e contra o neoliberalismo. Foi conformada uma coordenadoria de movimentos sociais pela democracia, incluindo indígenas, camponeses e estudantes que, a partir do golpe, se colocaram na situação de participar no bloco do poder no governo.

#### **g) Bolívia**

Destacou-se um incremento da confrontação entre movimentos da sociedade civil pela interpretação das leis constitucionais no processo de regulamentação. As organizações e forças populares indígenas se contrapuseram à postura do governo e do Movimento Ao Socialismo, MAS. Para o projeto do governo, resulta difícil aceitar os tempos exigidos pelo processo de debate e acordo plurinacional entre as 36 comunidades indígenas e para processar a participação política plural. O governo está comprometido com um plano desenvolvimentista para acelerar a nacionalização e a industrialização e hoje tem dificuldade para harmonizar os tempos dos movimentos indígenas. A sociedade civil rejeitou o aumento dos preços da gasolina. No final ficou para trás essa política. Houve importantes disputas territoriais em Oruro e Potosí que incluíram a participação da população e cujo acordo ficou posposto.

#### **h) Panamá**

Houve uma resistência popular das sociedades civis às leis autoritárias (lei Chourico e leis de segurança pública) No Panamá houve greves e protestos no departamento de "Boca del Toro", encabeçadas pelo sindicato de plantios de bananeiras. Houve lutas nas ruas com o resultado de vários mortos. A lei ficou derogada até próximos debates.

#### **i) Honduras**

Foi constituído um movimento da sociedade civil vinculado ao Partido Liberal para resistir à militarização da política depois do golpe de Estado. A sociedade civil em resistência (Frente Nacional de Resistência Popular) reafirmou a

proposta duma assembleia constituinte e se pronunciou pela criação dum novo partido.

#### **j) México**

A sociedade civil pronunciou-se contra a militarização da política de segurança pública para enfrentar os cartéis de narcotraficantes e a violência da delinquência. O governo atuou com políticas de desorganização da sociedade civil autônoma. Entretanto, houve mais de 10 mil mortos e desaparecidos no ano de 2011, no meio da luta do governo contra o narcotráfico, com impunidade dos narcotraficantes e cumplicidade com polícias e juizes, funcionários das instituições estatais. Continuou o assassinato de jornalistas e defensores de direitos humanos. Tudo isso incrementou o protesto social e a convocatória para lutar pelo fim da guerra civil promovida pelo Estado.

#### **k) Colômbia**

Os sindicatos fizeram uma avaliação negativa do governo de Uribe: cooptação de líderes e ameaças a movimentos sociais, listas negras, negação de diálogo. Organizações de direitos humanos denunciaram desaparecimentos de jornalistas. No ministério de educação foi exigido o direito à educação diferencial. Demandas indígenas sobre inclusão de pensamentos indígenas na educação.

## **5 RECAPITULAÇÃO SOBRE O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NA LUTA AMPLIADA**

A agenda atual das sociedades civis dos países latino-americanos tem uma grande diversidade de temas e não aparece claramente como um movimento e um programa nacional como na primeira década do século. Isso resulta normal devido às mudanças radicais de governos e às transformações havidas nos Estados, especialmente na América do Sul, que permitiram o aparecimento de forças políticas com projetos próprios, nacionalistas, populares e desenvolvimentistas e que pegaram como sua palavra de ordem a agenda posta pelas sociedades civis na situação anterior de crise política.

Entanto, no final do século passado, a separação entre governos neoliberais e sociedades civis empobrecidas e enfraquecidas era parte do problema e levou a uma oposição dos excluídos; hoje muitos governos e forças políticas retomaram a agenda social e política progressista e a colocaram em pauta. Inclusive abriram espaços nos sistemas políticos ou nos projetos de poder alternativo para articular-se

com a sociedade civil organizada, gerando, assim, novos direitos de consulta e participação.

Em geral, observa-se que em inícios da segunda década do século, as lutas das sociedades civis dos distintos países latino-americanos aparecem como demandas fragmentadas, locais e parciais e nem sempre os movimentos conseguem colocá-las como parte das lutas unitárias nacionais. De fato, o que encontramos como sociedades civis latino-americanas são organizações multifacetadas, com graus distintos de incidência, com demandas desagregadas, locais, defensivas e não unitárias nos assuntos políticos públicos e nacionais. De fato, o que podemos apreciar é que as sociedades civis se posicionam mais na resistência perante a perda de direitos, que como sustentadoras de um projeto alternativo. As sociedades civis latino-americanas não parecem ter vínculos orgânicos fortes e democráticos com os novos governos, embora o programa de luta tenha objetivos similares entre as novas direções políticas e as sociedades civis que às vezes também expressam vozes críticas às políticas dos governos progressistas

Algumas reivindicações das sociedades civis da América Latina foram comuns nos movimentos de diferentes países: a) o direito a um habitat congruente e bom para a reprodução da vida, promovido pelos movimentos de luta por um meio ambiente são, b) a luta pelo território e contra o saque dos recursos naturais; por exemplo, as lutas de indígenas de Venezuela, do MST e de comunidades indígenas do Amazonas em Brasil. c) A reivindicação do direito à água como bem público e o reclamo de respeito aos direitos humanos, d) a luta pelo direito à multiculturalidade como parte do reconhecimento à plurinacionalidade, assim como direitos regionais. e) A demanda de direitos políticos para sindicatos e partidos políticos populares, etc. f) a proposta de democracia participativa em todos os assuntos públicos.

Embora seu horizonte fosse principalmente local ou regional, no ano passado existiram avanços importantes na luta das sociedades civis por construir programas mais amplos de tipo nacional: entre eles estão a tentativa da sociedade civil argentina, de retomar espaços da opinião pública através de lutas por uma nova lei de meios alternativos de comunicação: redes e rádios comunitários e de resistência. Entretanto, ainda não existe nos países da América do Sul uma expressão unitária da sociedade civil e da

sociedade política que procure canais políticos, culturais e sociais para estabelecer uma unidade orgânica entre sociedade civil e forças políticas (hegemonia). O que se apresentou em 2010 é, ainda, sua ausência ou a fraqueza das tendências, inclusive no Brasil: os movimentos não procuram o apoio dos partidos políticos populares nem procuram uma articulação com eles; fica, cada um, lutando pelo seu lado, sobretudo nos casos em que existem partidocracias, se aprecia uma grande separação dos espaços representativos (delegativos) dos governos e a grande diversidade de instituições que lobby das grandes oligarquias; ademais, os movimentos preferem se manter no nível local, que apostar pelo nacional. Só em casos especiais, como aconteceu em Panamá, houve uma articulação progressista com setores da sociedade política de oposição para procurar ganhos jurídicos como na Argentina e Panamá.

Na primeira década deste século existiram, entretanto, notórias e importantes exceções à tendência dos movimentos sociais se manterem num horizonte local e particular: na Bolívia em 2001, 2003, 2005, 2007 e 2009, a postura política geral da sociedade civil foi excepcional, e no processo de luta de vários anos estabeleceu uma perspectiva unitária e nacional pelos seguintes objetivos e metas, combinada com forças políticas emergentes das cidades e do campo: uma assembleia constituinte para gerar direitos comunitários e direitos da natureza, a nacionalização dos recursos naturais do país, por uma nova industrialização nacional com ênfase na economia social, estatal e comunitária e por um novo Estado plurinacional.

Fora da extraordinária experiência da Bolívia, aumentaram na primeira década do século, as lutas, países ou casos, em que as sociedades civis conseguiram uma perspectiva unitária nacional que as levasse a uma luta estratégica compartilhada com forças políticas progressistas e de esquerda, de longo prazo, que fosse diferente à resistência e mostrasse uma ofensiva política de luta pela democracia, pelo público como assunto das sociedades, pela transformação das instituições e pela constituição de forças histórico-políticas populares hegemônicas. O que ficou dessa herança para hoje?

Depois de revisar as lutas do ano 2010 encontramos que nem em todos os casos houve excesso de localismo: em alguns países apareceram colocações unitárias nacionais que posicionaram a sociedade civil como impulsora de transformações políticas relevantes. A luta

pela paz e reclamo de uma nova concepção de segurança nacional (México); a reivindicação dos direitos populares a ter (médios) meios de comunicação próprios em condição de liberdade (Argentina); a defesa e recuperação de direitos laborais e sociais adquiridos; a derrota da lei de mineração unilateralmente favorável às empresas transnacionais e a luta por jogar fora o direito privado à exploração de minerais (Panamá); a afirmação de direitos territoriais indígenas e da autonomia, a luta por uma reforma agrária nacional e integral, pelo direito a ter direitos; por uma cidadania integral e real com respeito, participação autônoma e decisória da sociedade nas políticas públicas particulares (Colômbia, Brasil, Venezuela).

## 6 CONCLUSÃO

Sociedade civil não quer dizer somente posicionamento local ou parcial e demandas pontuais. Experiências como a da Bolívia e de outros países mostram que é possível o retorno do protagonismo das sociedades civis como atores não só sociais, senão políticos decisivos. Não obstante, parece evidente que sem que as sociedades civis da América Latina se posicionem como fenômenos programáticos nacionais, os novos governos progressistas e, ou, de esquerda não conseguiram, sozinhos, avanços substanciais no processo de transformação social. Isso porque a política não é somente o jogo por interesses particulares nas alturas, nem o espaço eleitoral das sociedades. A política é a inclusão dos cidadãos e das organizações sociais na disputa dos projetos político- históricos das sociedades e pela nação soberana

## REFERÊNCIAS

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFLICHI, Aldo. **La disputa por la construcción democrática en América Latina**. México: Ed. Fondo de Cultura Económico, 2006.

HIRSCH, Joaquim. **El Estado nacional de competencia**. México: Ed. UAM Xochimilco, 2002.

MÉSZÁROS, István. **El desafío y la carga del tiempo histórico**. Venezuela: Ed. Vadell hermanos-CLACSO, 2008.

OLIVER, Lucio. **Movimientos sociales y luchas por la hegemonía en América Latina**. 2009. Materiais do curso virtual de CLACSO.

\_\_\_\_\_; CASTRO, Teresa. **Poder e política en América Latina**. México: Ed. Siglo XXI, 2005.

\_\_\_\_\_; LÓPEZ, Nayar. **América Latina y el Caribe: una región en conflicto**. México: Ed. Plaza y Valdés, 2009.

### Lucio Fernando Oliver Costilla

Diplomata

Doutor em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México

Professor Investigador da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM)

E-mail: oliverbar@hotmail.com

### Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM

Av Universidad, n. 3000 - Coyoacan - Distrito Federal  
CP: 04510